

HABEAS CORPUS Nº 487.264 - MA (2018/0347083-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : GERCIANA SOARES MESQUITA
ADVOGADO : GERCIANA SOARES MESQUITA - MA010284
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : RAYLSON SOARES SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. CRIMES DESCRITOS NO ART. 157, § 2º, I, II E V, DO CP, E ART. 2º DA LEI N. 12.850/2013. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO, EM FACE DA AUSÊNCIA DE DENÚNCIA PELO *PARQUET*. SUPERVENIENTE OFERECIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA, COM RECEBIMENTO PELO MAGISTRADO SINGULAR E DETERMINAÇÃO PARA CITAÇÃO DO DENUNCIADO. ALTERAÇÃO DO PANORAMA FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO. *Writ* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Raylson Soares Silva** contra decisão do Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Maranhão no HC n. 0811048-40.2018.8.10.0000 (fls. 54/56).

O paciente teve a prisão preventiva decretada em 28/11/2018, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal e art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Alega a impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na instrução processual, tendo em vista que o paciente foi preso em novembro de 2018, mas ainda não foi oferecida a denúncia pelo *Parquet*.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Liminar indeferida pelo Presidente desta Corte Superior, Ministro João Otávio de Noronha, em 3/1/2019 (fls. 63/64).

Informações prestadas às fls. 69/84.

Pedido de reconsideração formulado pela impetrante (fls. 87/99), com

indeferimento à fl. 102.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem ou, caso conhecida, por sua denegação (fls. 108/111).

Informações complementares às fls. 143/144.

É o relatório.

Como sobreveio o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público em desfavor do ora paciente na data de 19/12/2018, com recebimento da peça acusatória pelo Magistrado singular em 7/3/2019 e determinação para sua citação para apresentar a defesa escrita (fl. 143), perdeu o objeto este *writ*.

Sob essa moldura, **julgo prejudicada** a impetração.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator